Processo nº: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Pregão nº: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Material (\_\_\_\_) Serviço (\_\_\_\_) / SRP (S) (N)

| **ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS** | **SIM** | **NÃO** | **FOLHA** | **OBS.** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 1. Iniciando a fase externa do pregão, a convocação dos interessados ocorreu por meio de publicação de Aviso nos termos do art. 4º, I, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002? |  |  |  |  |
| * + 1.1 No Aviso mencionado no item anterior, consta a definição do objeto da licitação, o número do processo, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtido, na íntegra, o edital, bem como o local de realização do certame (sítio da internet ou presencial)? |  |  |  |  |
| 1. Após a fase de lances foi verificado se havia fornecedor com direito ao exercício de preferência devido a alguma margem estipulada em regulamento? |  |  |  |  |
| 1. Após cada desclassificação (não aceitação) ou inabilitação o direito de margem de preferência e o exercício dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006, foram reanalisados? |  |  |  |  |
| 1. Houve manifestação técnica quanto à aceitação do objeto, da amostra ou quanto ao julgamento da licitação por parte das áreas demandantes (beneficiária ou especialista)? |  |  |  |  |
| 1. Foi feita a comprovação da regularidade fiscal do licitante como determina o art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c o inciso XIII do art. 4º da Lei nº 10.520, de 2002? |  |  |  |  |
| 1. Houve consulta a todas as listas oficiais que fornecem informações referentes a restrições para contratar com a Administração Pública, e estas encontram-se em conformidade? |  |  |  |  |
| * + 6.1 SICAF; |  |  |  |  |
| * + 6.2 BNDT - Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (CNDT); |  |  |  |  |
| * + 6.3 CNIA - Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa (CNJ); |  |  |  |  |
| * + 6.4 CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CGU); e |  |  |  |  |
| * + 6.5 Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados (TCU). |  |  |  |  |
| 1. Houve tentativa de negociação com o melhor classificado, visando obter melhor preço, ainda que o valor estivesse abaixo do estimado? |  |  |  |  |
| 1. Caso esteja prevista no edital, a proposta final com os valores readequados ao valor total ofertado ou negociados com o melhor classificado (incluindo a correspondente planilha de custos, se for o caso) está anexada ao processo? |  |  |  |  |
| 1. Houve intenção de Recurso? |  |  |  |  |
| * + 9.1 No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, o pregoeiro avaliou somente os pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação) concedendo o prazo adequado para fins de apresentar as razões de recorrer posteriormente? |  |  |  |  |
| * + 9.2 Foi concedido prazo de 3 dias (úteis) para recurso, 3 dias úteis para contrarrazões e 5 dias para decisão do pregoeiro? |  |  |  |  |
| * + 9.3 Foram redigidos relatórios e deliberações do Pregoeiro referentes aos recursos com sua decisão motivada? |  |  |  |  |
| 1. Houve item deserto ou fracassado? |  |  |  |  |
| 1. Houve adjudicação por parte do pregoeiro (quando não houver recurso)? |  |  |  |  |
| 1. Consta na instrução processual os seguintes documentos para fase externa: |  |  |  |  |
| * + 12.1 ato de designação da comissão de licitação, do pregoeiro e equipe de apoio ou do responsável pela licitação; |  |  |  |  |
| * + 12.2 propostas e documentos de habilitação exigidos no edital; |  |  |  |  |
| * + 12.3 atas, relatórios e decisões do pregoeiro e equipe de apoio; e |  |  |  |  |
| * + 12.4 atos de adjudicação do objeto. |  |  |  |  |
| 1. O Pregoeiro divulgou com clareza os atos no Comprasnet, dentro do horário de expediente, e as informações relativas à data e hora das sessões públicas, sua suspensão e reinício em respeito aos princípios da publicidade, transparência e isonomia? |  |  |  |  |
| 1. Houve licitante vencedor na fase de lances que não é o adjudicatário, ou que não manteve a proposta, e tenha incidido em condutas que podem ser tipificadas no art. 7º da Lei 10.520, de 2002? |  |  |  |  |
| * + 14.1 Houve por parte do pregoeiro o registro do fato indicando a conduta e as evidências de infração ao art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e a consequente recomendação para autoridade competente proceder a instauração do procedimento administrativo? |  |  |  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **ITEM** | **OBSERVAÇÃO** |
|  |  |

NA – Não se aplica.

Recife, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Pregoeiro

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Equipe de apoio

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Equipe de apoio